

A Educação para a Sustentabilidade nos Cursos de Administração no Brasil

BÁRBARA GALLELI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

BEATRIZ BRITO TELES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

MATEUS SANTOS DE FREITAS-MARTINS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos especialmente a CAPES e a CNPq pelo fomento disponibilizado que contribuiu para realização dessa pesquisa.

A Educação para a Sustentabilidade nos Cursos de Administração no Brasil

INTRODUÇÃO

À medida que se dissemina o entendimento de que a responsabilidade global sobre o desenvolvimento sustentável permeia não somente aspectos econômicos e privados, novos interesses relativos à Educação para a Sustentabilidade (Eps) passam a moldar o perfil de formação acadêmica das novas gerações (Barth, Godemann, & Rieckmann., 2007). Embora o envolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES) com o tema seja alvo de conferências e acordos diversos, desde o final da década de 1980 (Jacobi, Raufflet & Arruda, 2011; Leal Filho, 2011), nos últimos anos, a Eps e a formação de futuros líderes e gestores é notadamente foco da atenção de acadêmicos, professores e gestores educacionais (Adomßent et al., 2014; Godoy, Brunstein & Fischer, 2013; Lozano et al., 2015).

Em meio à proliferação de cursos, programas, projetos e ações diversas, especialmente no ensino superior em Administração, tanto no cenário internacional quanto nacional, há uma demanda para inserir a sustentabilidade em uma abordagem holística nas IES. Isso significa incorporá-la não apenas no ensino, pesquisa e extensão, mas também em seus próprios sistemas de gestão (Holm et al., 2015). Recentemente, as universidades, diante de suas funções sociais de criação e disseminação de conhecimento e sua posição única na sociedade, são convocadas a contribuir para a realização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Fleacă, Fleacă & Maiduc, 2018).

Uma importante iniciativa a ser destacada refere-se ao *Principles for Responsible Management Education* (PRME), criado pela UNESCO, de maneira complementar ao Pacto Global da ONU. O PRME corresponde a uma ação mundial com vistas a atualizar abordagens pedagógicas, currículos e programas de ensino da gestão e de outras instituições acadêmicas relacionadas. A partir de 2015, os seis princípios também se voltaram ao objetivo de apoiar os educadores de Administração sobre a sua contribuição para os ODS. Até junho de 2019, são mais de 700 instituições associadas ao PRME no mundo e 27 no Brasil (PRME, 2019).

O fato é que as IES, além de desempenhar importante papel na produção e disseminação de conhecimento em sustentabilidade, são capazes de proporcionar aprendizados fundamentais como a complexidade do comportamento e das decisões em uma perspectiva global de responsabilidade orientada para o futuro, num processo participativo e livre de preconceitos (Barth et al., 2007). Ainda que não se encontre uma única e definitiva conceituação para o termo “educação para a sustentabilidade”, pode-se afirmar que há um relativo consenso a respeito de seu objetivo: garantir que os estudantes considerem questões ambientais, sociais, culturais e éticas em seus processos de tomada de decisão, em detrimento de um olhar exclusivo às questões econômicas, tornando-se participantes ativos na construção de uma sociedade mais justa (Brunnquell, Brunstein & Jaime, 2015).

Neste contexto, Brunnquell et al. (2015) acreditam que a incorporação consistente da EpS perpassa três dimensões-chave do processo educacional. O primeiro está relacionado ao enraizamento da sustentabilidade nos planos pedagógicos e na cultura organizacional das IES. Se a instituição não dá sinais concretos de incorporar este tema nos currículos de seus cursos, como eles podem esperar experiências significativas de seus professores nessa área? A segunda refere-se à reflexividade dos professores em sua prática docente. Como esperar que os estudantes desenvolvam o pensamento crítico se os próprios professores não revisam sua ação educacional? A terceira diz respeito à mudança efetiva nas maneiras de pensar, sentir e agir dos alunos em suas vidas e em seus ambientes de trabalho. Eles realmente incorporam a educação transformadora, a ponto de mudar seus modelos mentais e suas ações?

Assim, quando aplicada no ensino superior, a sustentabilidade desafia o que é ensinado e o modo como o é feito: a educação para a sustentabilidade pede por inovações pedagógicas (Brundiers, Wiek & Redman, 2010). A necessidade da mudança não reside apenas nas

alterações incrementais de conteúdo, mas, em métodos e abordagens que vão além de preocupações disciplinares. Além disso, o comprometimento individual e o desenvolvimento de ações sinérgicas são essenciais para a inserção da sustentabilidade no ensino superior (Leal Filho et al., 2018).

Há uma série de relatos de experiências nacionais e internacionais que abordam a integração da sustentabilidade nos cursos de Administração, sob a ótica de estudantes, professores e outras experiências (Adomßent et al., 2014; Aguiar et al., 2016; Christensen et al., 2007; Fiates et al., 2012; Leal Filho et al. 2018; Rusinko; 2010; Warwick, Wyness & Conway, 2017). Além disso, de acordo com o levantamento feito por Lozano et al. (2015) com 70 IES no mundo todo, há fortes evidências das inter-relações entre o compromisso da instituição com a sustentabilidade, implementação e assinatura de uma declaração, carta ou iniciativa, dentre as quais se destaca o PRME.

Nesta pesquisa, a ênfase será no enraizamento da sustentabilidade nos planos pedagógicos, materializados nas grades curriculares, dos cursos de Administração. Para que seja possível transformar o conhecimento em ação para o desenvolvimento sustentável, ainda que se admita não ser suficiente, a reorientação curricular é necessária (Leal Filho, 2011). Ademais, argumenta-se que a inserção da temática no currículo acadêmico pode ser um dos primeiros sinais concretos da IES em direção a incorporação consistente e coerente da EpS (Brunnquell et al., 2015).

No entanto, apesar da intensa discussão, apenas algumas pesquisas discutem especificamente o conteúdo, ou currículo, sobre a introdução da sustentabilidade (Etse & Ingley, 2016; Perera & Hewege, 2016). No Brasil, a despeito das diversas experiências e avanços na literatura nacional (Aguiar et al., 2016; Lacerda, Silva, Silva & Souza, 2014; Gonçalves-Dias, Herrera & Cruz, 2013; Palma, Olveira & Viacava, 2011), não há informações sistematizadas, abrangentes e recentes a respeito da inserção da temática da sustentabilidade nos currículos acadêmicos dos cursos de Administração, no Brasil. Tampouco, há informações concretizadas sobre as IES participantes do PRME nesse âmbito.

Nesse sentido, com o propósito de preencher esta lacuna, o presente artigo foi desenvolvido visando a cumprir dois objetivos: i) identificar o panorama da inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de Administração das universidades brasileiras; e ii) analisar este panorama comparativamente as IES participantes do PRME no Brasil. Para tanto, foram mapeadas as grades curriculares dos cursos simultaneamente presentes nas universidades classificadas no Ranking Universitário Folha e nos melhores cursos pontuados no mesmo índice (RUF, 2019). Além disso, foram identificadas as IES brasileiras participantes no PRME no endereço eletrônico da própria plataforma. Dados como carga horária, obrigatoriedade e ementa da disciplina foram extraídos dos sites das universidades, condensados e discutidos.

As informações obtidas e analisadas podem ser relevantes para diversos atores sociais como discentes e docentes, gestores educacionais, agentes públicos e demais cidadãos que se interessam pelo tema, a fim de que possam investir, orientar e cobrar ações voltadas à EpS no país; as próprias universidades, públicas e privadas, fundamentais neste processo; além, inevitavelmente, dos profissionais da Administração, para que possam estar atentos à formação universitária, identificar potenciais fontes de recrutamento de interesse, bem como de parcerias.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte maneira: no tópico que segue, são apresentados entendimentos e estudos anteriores a respeito da sustentabilidade no ensino superior em Administração; após, são expostos os procedimentos metodológicos percorridos nesta pesquisa; os resultados e as discussões são dispostos na sequência; e o artigo é finalizado com as considerações finais, implicações teóricas e práticas, e indicações de estudos futuros.

A SUSTENTABILIDADE NO ENSINO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO

O histórico do ensino da Administração, recebe críticas por sua característica ortodoxa, permeada por uma visão estrita para o mercado, de curto prazo e vendida para a ‘tirania dos rankings’, e de consciência limitada para os impactos socioambientais (Dyllick, 2015). Kearins e Springett (2003) e Sterling (2011), por exemplo, argumentam que a EpS nos cursos de Administração deve superar a reprodução de um paradigma dominante e estabelecer conexões transformadoras, a partir de perspectivas críticas de gestão. É de comum acordo entre os acadêmicos que a superação das práticas tradicionais de ensino relativos à gestão é essencial para promover a educação para a sustentabilidade.

Em âmbito institucional, alguns esforços reconhecidos devem ser citados neste sentido, como a DEDS e o PRME. Em 2005, a UNESCO lançou a iniciativa “A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS)” (UNESCO, 2005). A DEDS seria a linha mestra para a consolidação da sustentabilidade no ensino, com o propósito de influenciar e fomentar uma mudança na estrutura curricular, por meio da introdução da sustentabilidade (Gadotti, 2009). Ademais, no cenário internacional, a iniciativa do PRME ganha relevância à medida que, em pouco mais de dez anos de atuação, sua importância tem sido sublinhada por estudiosos de todo o mundo (Dickson, Eckman, Loker & Jirousek, 2013; Godemann, Haertle, Herzig & Moon, 2014; Greenberg et al., 2017; Laasch & Connaway, 2015; Parkes et al., 2017).

Por meio de seis princípios – Propósito, Valores, Método, Pesquisa, Parceria e Diálogo – o PRME atua na transformação do ensino em Administração, em escala global, para atender às demandas de empresas tradicionais se tornarem empresas responsáveis (PRME, 2019). No contexto dessa pesquisa, o princípio “Valor” faz menção a incorporação dos valores da responsabilidade social global em atividades acadêmicas e currículos, e o princípio “Metodologia” refere-se à criação de estruturas de ensino, materiais, processos e ambientes que possibilitem experiências de aprendizagem eficazes para a liderança responsável (PRME Chapter Brazil, 2019a, 2019b). Especificamente, pode-se dizer que estes dois princípios norteiam a inserção da temática da sustentabilidade nas grades curriculares.

Na edição especial do *The International Journal of Management Education*, dedicada aos dez anos do PRME, Parkes et al. (2017) afirmam que ainda que o PRME não seja uma panaceia ou que solucione de imediato os problemas socioambientais globais, contribui com o diálogo construtivo entre conduta empresarial e educação responsável em Administração, envolvendo uma ampla gama de indivíduos, grupos, organizações e instituições mundialmente.

Dickson et. al (2013), por exemplo, descrevem uma experiência interinstitucional entre três universidades americanas e empresas multinacionais. O projeto desenvolvido teve os princípios do Pacto Global como um marco para a reestruturação de currículos de graduação e pós-graduação em gestão. Os autores evidenciam o aprendizado avaliado dos alunos como muito positivo e destacam resultados como prêmios recebidos na área de sustentabilidade e posições no mercado de trabalho em organizações não governamentais. No Brasil, Aguiar et al. (2016) expõem a experiência do FIS – Formação Integrada para Sustentabilidade, disciplina de graduação da FGV-EAESP, criada em 2009 a partir do PRME. Ao consultarem ex-alunos, os autores constataram que a disciplina cumpriu seus objetivos ao estabelecer nestes sujeitos uma visão mais crítica e baseada em diferentes perspectivas e ao alavancar sua capacidade de atuação como agentes de mudança, a partir de valores e comportamentos mais coerentes com o desenvolvimento sustentável.

Seja a partir de iniciativas como o PRME ou não, e apesar da compreensão de que a inclusão da sustentabilidade no ensino superior em Administração encontra-se em seus estágios iniciais (Lozano, 2006), várias propostas e experiências estão disponíveis na literatura. Abordagens inovadoras incluem a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a aprendizagem autônoma dos estudantes (Steiner & Posch, 2006), a aprendizagem pela prática e imersões como forma de aproximar os alunos à realidade (Brundiers et al., 2010), a aprendizagem via

transdisciplinaridade acrescida aos preceitos da Teoria do U (Aguiar et al., 2016), a aprendizagem baseada em problemas (*Problem-based Learning*) (Collins & Kearins, 2007), etc. Nesse contexto, está também a busca e a integração de diferentes teorias de aprendizagem relacionadas à atividade pedagógica, dentre as quais se destaca a aprendizagem transformadora, capaz de promover valores, comportamentos e estilos de vida condizentes e necessários para um futuro sustentável (Brunnquell et al., 2015; Sterling, 2011).

Os críticos afirmam que, mesmo que as mensagens em sala de aula estejam se tornando mais orientada para a gestão responsável, deve haver um alinhamento muito mais forte entre os valores éticos adotados e as práticas reais das IES, se quiserem ter um impacto real na próxima geração de profissionais de negócios (Lozano, 2012). Nesse sentido, Greenberg et al. (2017) asseveram que assinar o PRME não leva à transformação pedagógica de uma IES ou à resultados de aprendizagem em um evento único. É preciso ter em mente que integração da gestão responsável na estratégia de uma instituição de ensino é um processo de transformação multifásico que demanda tempo e liderança contínua.

A literatura retrata as muitas dificuldades na inserção da sustentabilidade no ensino superior em Administração, os quais podem ter diversas ênfases, como: questões de entendimento por parte dos gestores dos cursos; a necessidade de sensibilização e de capacitação dos educadores (Dawe, Jucker & Martin, 2005; Ferrer-Balas et al., 2008); a interdisciplinaridade e legitimação do tema, assim como uma visão mais sistêmica, que considere a aprendizagem a partir de uma participação mais concreta dos diversos *stakeholders* envolvidos (Jacobi et al, 2011); a introdução de novas formas de ensino-aprendizagem (Gonçalves-Dias et al., 2013); e obstáculos à criação de um novo currículo (Jacobi et al, 2011; Leal Filho, 2011), que contemple todas as dimensões e atenda a todas as expectativas, tanto dos professores, quanto dos alunos (Jones, Trier & Richards, 2008).

Com particular ênfase no conteúdo curricular, sabe-se que muitas vezes as temáticas relativas à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável ainda não fazem parte formal dos currículos dessas instituições, tampouco são integrados às disciplinas tradicionais dos cursos de Administração, como valores básicos (Bridges & Wilhelm, 2008; Lahaise & Pozzebon, 2010). De acordo com Etse e Ingley (2016), os currículos dos cursos de graduação de muitas IES ainda não foram desenvolvidos com base na sustentabilidade.

Palma et al. (2011), em um levantamento feito em 2009, constataram que das 40 universidades federais brasileiras que ofereciam o curso de Administração, apenas 13 incluíam em seu currículo alguma disciplina relacionada ao tema, o que releva um gap na formação dos futuros administradores. Estudo semelhante foi realizado por Lacerda et al. (2014), com o levantamento dos cursos de administração de IES localizadas no Estado da Paraíba. Em uma amostra de 32 universidades públicas e privadas, os resultados revelaram que 77% dos cursos de Administração apresentaram disciplinas com a temática ambiental em sua grade curricular.

De fato, um desafio comum enfrentado pelas IES concerne à ainda incipiente e recente abordagem do tema nas grades curriculares, a maioria feita de maneira pontual, quando ocorrem (Gonçalves-Dias et al., 2013; Hourneaux-Junior & Caldana, 2017). E nesse sentido, segundo afirmam Jacobi et al. (2011), a inclusão de um módulo ou de uma disciplina isolada sobre desenvolvimento sustentável em um curso de Administração, provavelmente fracassará no sentido de direcionar mudanças profundas como as demandadas pela sustentabilidade.

Ainda que os desafios envolvam as variadas dimensões do processo educacional e seus desdobramentos, e assumindo que a inserção de disciplinas nas grades curriculares é insuficiente para uma inserção holística e consistente da sustentabilidade nas IES, é preciso enfatizar que é justamente na inserção da temática no currículo acadêmico que reside um dos primeiros sinais concretos da IES nesta direção (Brunnquell et al., 2015). Diante destas constatações, é razoável supor que deficiências ou insuficiências neste primeiro passo podem ocasionar incapacidades e até mesmo impedir progressos da IES nesse sentido. No intuito de investigar o

panorama nacional quanto a este tópico, a próxima seção expõe os procedimentos metodológicos percorridos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de cumprir com os objetivos deste estudo, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa (Yin, 2016), perspectiva descritiva, baseada em análise de dados secundários (Gil, 2002). Os critérios para a seleção da amostra da pesquisa se deram em etapas, pontuadas e detalhadas a seguir, e resumidas nas Figuras 1 e 2 desta seção.

Primeiramente, buscou-se no Ranking Universitário Folha (RUF), pelas universidades brasileiras classificadas. O RUF é uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feita pela Folha desde 2012, para a qual há dois produtos principais: o ranking de universidades e os rankings de cursos. O primeiro refere-se à avaliação anual das 196 universidades do país com base em dados nacionais e internacionais e em duas pesquisas de opinião do Datafolha em cinco aspectos (pesquisa, ensino, mercado, internacionalização e inovação). O segundo diz respeito à avaliação anual de 40 cursos de universidades, centros universitários e faculdades com maior número de ingressantes no país (Censo do Ensino Superior 2015) com base em dados nacionais e internacionais e em duas pesquisas de opinião do Datafolha em dois aspectos (ensino e mercado) (Folha, 2019).

A fim de garantir uma amostra com cursos que podem ser considerados de referência, foi feita uma primeira seleção em que a instituição de ensino ao mesmo tempo fosse classificada no ranking de universidades e cujo curso de Administração também o fosse. Não foram considerados os cursos de Administração Pública ou similares. Do universo de 196 universidades, foram selecionadas as 100 primeiras no ranking e do mesmo modo, dos 1544 cursos classificados, também os 100 primeiros. A limitação pelos 100 primeiros universidades e 100 primeiros cursos foi definida após algumas tentativas, para garantir que a amostra seria suficientemente representativa. Constatou-se, por exemplo, que por volta da centésima universidade, a classificação do curso de Administração no Exame Nacional do Desempenho do Estudante (Enade) não corresponderia aos critérios desta pesquisa. Fizeram parte desta amostra, 59 universidades e respectivos cursos de Administração.

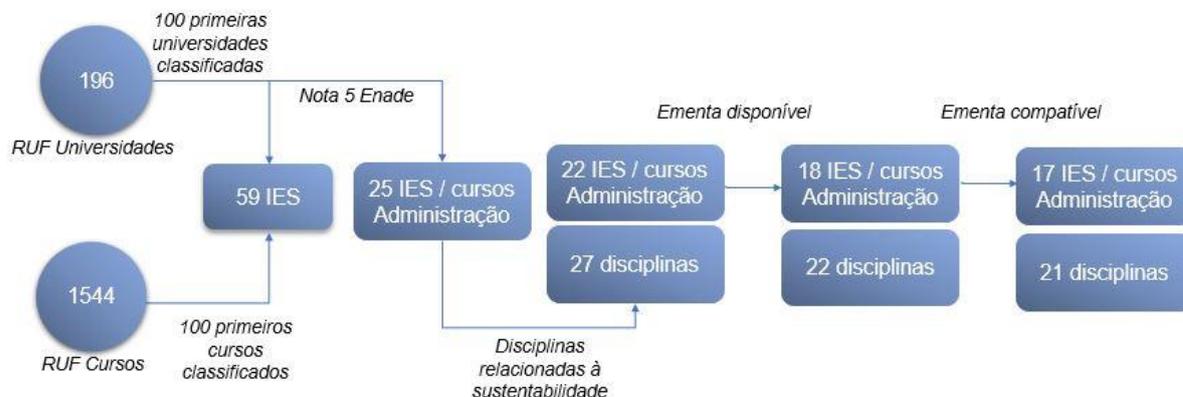
Após esta filtragem, os cursos foram consultados a partir do sistema e-MEC, criado pelo Ministério da Educação e em funcionamento desde 2007, com a finalidade de fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação das instituições de educação superior. O sistema e-MEC provê dados como a situação de regulação das instituições e dos cursos oferecidos e indicadores de qualidade obtidos nas avaliações do MEC. Por meio de tal consulta foi permitido fazer o levantamento de informações das 59 universidades e cursos, como a natureza da IES (pública ou privada), como as avaliações dos cursos de Administração no Enade. Nesta consulta, foram selecionados apenas os cursos que possuem nota 5 no Enade, totalizando 25.

A próxima etapa foi a seleção por presença de disciplina relacionada à temática de sustentabilidade no curso de Administração. Foram procuradas nas páginas eletrônicas das IES e dos cursos, disciplinas que tivessem em sua designação termos como “sustentabilidade”, “sustentável”, “responsabilidade social”, “ambiental”, “meio ambiente”, “socioambiental” e correlatos como “consumo consciente”, e que foram encontrados e incluídos no levantamento. Compuseram esta amostra 22 IES e cursos, em que se distribuíram 27 disciplinas.

Finalmente, com o intuito de angariar mais dados, buscou-se pela ementa das disciplinas selecionadas, seja disponibilizado nos projetos pedagógicos dos cursos, seja em documento próprio nos endereços eletrônicos das universidades. Fizeram parte desta amostra 18 universidades e 22 disciplinas. A leitura das ementas foi realizada, e uma universidade e sua respectiva disciplina foram eliminadas da análise, por falta de aderência ao tema deste estudo, sendo assim, como amostra final ficaram 17 universidades e cursos de Administração, e 21 disciplinas.

Destas, três ofertam mais de uma disciplina. A Figura 1, na sequência, ilustra as etapas do levantamento de dados.

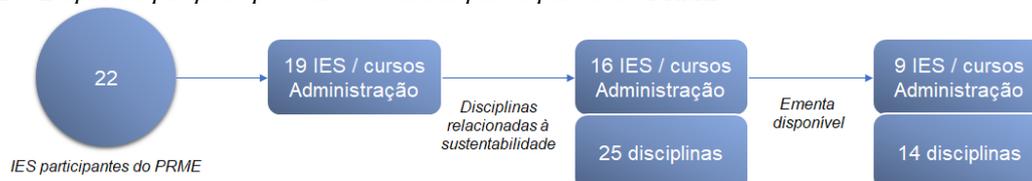
Figura 1 – Etapas da pesquisa para universidades.



Fonte: Elaborado pelos autores

A fim de cumprir o segundo objetivo desta pesquisa, para efeitos de comparação, buscou-se pelas IES participantes do PRME e seguiu-se as mesmas etapas de corte da amostra anterior. No endereço eletrônico da plataforma, foram localizadas as instituições de ensino superior participantes do PRME. Do universo de 22 IES, foram selecionadas aquelas que possuem o curso de Administração ativo, o que corresponde a 19 no total. Estas foram analisadas quanto às disciplinas relacionadas à sustentabilidade, resultando em uma amostra de 16 IES e 15 disciplinas. Por fim, foi consultada a disponibilidade das ementas, e apenas 9 IES restaram na amostra final, com 14 disciplinas. Destas, quatro IES possuem mais de uma disciplina. Na Figura 2 está ilustrada a referida etapa do levantamento de dados.

Figura 2 – Etapas da pesquisa para universidades participantes do PRME.



Fonte: Elaborado pelos autores

Com os dados das universidades, cursos e disciplinas disponíveis e estruturados, o próximo passo foi congregá-los em uma única análise, inicialmente para que pudessem ser descritivamente discutidos e, em um segundo momento, comparados e analisados criticamente. É preciso pontuar que a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) é a única instituição presente nas duas amostras. Sendo assim, para evitar duplicidades, optou-se por considerá-la nas análises referentes às IES participantes do PRME. A próxima seção apresenta os resultados encontrados e, na sequência, são feitas as discussões.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A exposição dos dados levantados pode ser iniciada com a Tabela 1, a qual indica as IES remanescentes após a aplicação dos critérios pontuados na seção metodológica, o estado em que estão localizadas, sua natureza – se pública ou privada –, sua posição no Ranking Universidades e no Ranking Cursos, a(s) disciplina(s) ofertada(s) relativas à sustentabilidade e suas respectivas cargas horárias, tipo (obrigatória ou facultativa, no caso de eletivas e optativas) e período letivo em que é oferecida.

Tabela 1 – Resultados universidades e disciplinas relativas à sustentabilidade nos cursos de Administração

IES	UF	Natureza	Ranking RUF	Ranking Cursos	Disciplina	CH	Tip o	Perí-odo
Universidade de Brasília (UNB)	DF	Pública	9	9	Gestão de Responsabilidade Socioambiental	-	F	-
Universidade Federal de Goiás (UFG)	GO	Pública	20	17	Responsabilidade Socioambiental Corporativa	64	O	3
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	MT	Pública	34	36	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	64	O	8
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA	Pública	14	10	Gestão ambiental e consumo consciente	51	F	-
Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	Pública			Marketing e sustentabilidade	64	F	-
					Gestão Socioambiental	64	F	-
					Educação Ambiental	64	F	-
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	Pública	22	20	Responsabilidade socioambiental	30	O	6
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	Pública	3	1	Administração e Meio ambiente	60	F	-
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	MG	Pública			Gestão Social e Sustentabilidade	60	F	-
					Sustentabilidade em Produção e Operações	60	F	-
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	RJ	Pública	13	35	Gestão ambiental	45	F	-
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	SP	Pública	11	58	Gestão da Sustentabilidade e de Organizações do Terceiro Setor	60	O	7
					Organização Industrial e Economia Ambiental	30	O	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	Pública	2	6	Seminário especial de estratégia empresarial: Gestão Ambiental	60	F	-
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	PR	Pública	24	29	Administração socioambiental	60	O	6
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	PR	Pública	62	65	Gestão Ambiental	68	O	7
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	Pública	5	3	Gestão Socioambiental nas Empresas	60	O	9
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	RS	Pública	21	39	Gestão de pessoas e sustentabilidade	60	F	-
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	Pública	6	11	Formação Profissional Sustentabilidade	36	O	2
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	SC	Pública	40	30	Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade	72	O	6

Fonte: Elaborado pelos autores

Legenda: CH – Carga horária; O: Obrigatória; F: Facultativa

Quanto às universidades, o primeiro aspecto a ser observado é que todas as participantes da amostra são públicas, a grande maioria federal, apenas quatro são estaduais. O segundo ponto, é que são predominantemente da região Sudeste e Sul do Brasil, com cinco universidades, seguidas pela região Nordeste e Centro Oeste, com três IES representantes cada. A região Norte, não foi representada nesta amostra. Nota-se ainda que das 17 universidades elencadas, apenas a UNIOESTE não está entre as 50 mais bem classificadas no Ranking Universidades. Há certa discrepância entre a posição da IES no Ranking Universidades e no Ranking de Cursos, principalmente na UFSCAR, UFC, UERJ e UFSM.

Quanto às disciplinas, vale ressaltar que apenas três cursos apresentaram mais de uma disciplina, sendo o da UFC; UFU e UFSCAR, ou seja, nem um quinto da amostra de cursos e universidades analisados. Percebe-se que há certo equilíbrio no tipo da oferta: são 11 optativas e 10 obrigatórias. A carga horária também chama a atenção, sendo que apenas 3 disciplinas possuem menos de 60 horas (Formação Profissional Sustentabilidade – UFSC; Organização Industrial e Economia Ambiental – UFSCAR; Responsabilidade socioambiental – UFRN), ainda que sejam disciplinas obrigatórias. Em relação ao período em que a disciplina é ofertada, as informações são apenas para aquelas obrigatórias e acontecem majoritariamente ao final do curso de graduação.

A mesma análise descritiva pode ser feita para as IES participantes do PRME. Na Tabela 2, estão descritas as IES, o ano em que aderiram ao PRME, o estado em que estão localizadas, sua natureza, as disciplinas e suas respectivas cargas horárias, tipo (obrigatória ou facultativa) e período letivo em que é oferecida.

Tabela 2 – Resultados IES participantes do PRME e cursos de Administração

IES	Ano de adesão	UF	Natureza	Disciplinas	CH	Tipo	Período
Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN – UFU)	2015	MG	Pública	Gestão Social e Sustentabilidade	60	F	-
				Gestão Ambiental	60	F	-
				Sustentabilidade em Produção e Operações	60	F	-
Pontifícia Universidade Católica (PUC – RIO)	2008	RJ	Privada	Ética Socioambiental e Direitos Humanos	-	O	8
				Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental	-	O	5
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA RP – USP)	2012	SP	Pública	Responsabilidade Social nas Organizações	150	O	5
				Meio Ambiente e Sustentabilidade	30	O	2
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA – USP)	2015	SP	Pública	Gestão de Operações Sustentáveis	-	O	8
				Responsabilidade Social e Empreendedorismo Social	-	O	7
Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER)	2015	SP	Privada	Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa	80	F	-
Centro Universitário Santa Amélia – Unisecal	2015	PR	Privada	Gestão Ambiental, Resp. Social e Inovação	66	O	7
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	2019	PR	Pública	Responsabilidade Socioambiental	60	O	-
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	2011	PR	Pública	Responsabilidade Social E Desenvolvimento Sustentável	45	O	8
Faculdade Antônio Meneghetti (AMF)	2013	RS	Privada	Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente	60	O	8

Fonte: Elaborado pelos autores

Legenda: CH – Carga horária; O: Obrigatória; F: Facultativa

Observa-se que todas as instituições são do sudeste ou do sul do país, sendo que em São Paulo e no Paraná são três IES. Das nove instituições associadas ao PRME, cinco são públicas e quatro são privadas. Nota-se também que a IES mais antiga em termos de adesão ao PRME é a PUC-Rio e a mais recente é a UNESPAR. A maioria das IES são signatárias da iniciativa há pelo menos quatro anos. Apesar de não constar na Tabela 2, é interessante pontuar que as únicas IES que possuem no curso de Administração nota 5 no Enade são a FAGEN -UFU, o INSPER e a UTFPR. As notas da PUC- RIO e UNESPAR são 4 e as notas da UNISECAL e AMF é 3. A FEA USP e FEA USP – RP não são avaliadas pelo Enade.

Em relação às disciplinas, é notório que quase metade das IES apresenta mais de uma disciplina em sua grade curricular. Três delas são concernentes à FAGEN – UFU, duas à PUC-Rio, duas à FEA RP – USP e duas referentes à FEA – USP. Do total de 14 disciplinas ofertadas pelas IES, 10 são obrigatórias e apenas quatro facultativas. Observa-se que a maioria das disciplinas acontece nos últimos semestres do curso. Com relação à carga horária, a maior e a menor carga horária foram identificadas na FEA RP -USP, com 150 horas e 30 horas consecutivamente. Na maioria das disciplinas, a carga horária é de 60 horas.

As 35 disciplinas relacionadas à sustentabilidade, tanto das universidades selecionadas pelo RUF, quanto das IES associadas ao PRME, foram analisadas quanto às suas ementas. Prosseguiu-se com a estratificação de cada ementa, a fim de verificar os conteúdos mais presentes. Para tanto, inicialmente, foi feita a codificação dos tópicos das ementas ou do conteúdo programático quando pertinente, com base em sua própria terminologia, por exemplo, o tópico “Conceitos básicos de ecologia” foi codificado como “Ecologia”; “Sistemas de Gestão Socioambiental” foi codificado como “Gestão Ambiental”; “O tripé da sustentabilidade empresarial” como “Sustentabilidade”, e assim por diante. Foram gerados 40 códigos que, posteriormente foram reduzidos para 24, agrupados por repetição e similaridade. Todos os autores participaram da codificação, dividida em três etapas, a fim de reduzir possíveis vieses.

A Figura 3 demonstra os temas e as frequências com que aparecem distribuídos em todas as ementas, em cor azul nas universidades da amostra pelo RUF e em cor alaranjada nas IES associadas ao PRME. Antes de prosseguir as análises descritivas, vale mencionar que o tema “Outros” inclui “Avaliação de projetos”, “Inovação e mudança para a sustentabilidade”, “Temas especiais”, “Cidade sustentável”, “Globalização”, “Formação profissional”, entre outros.

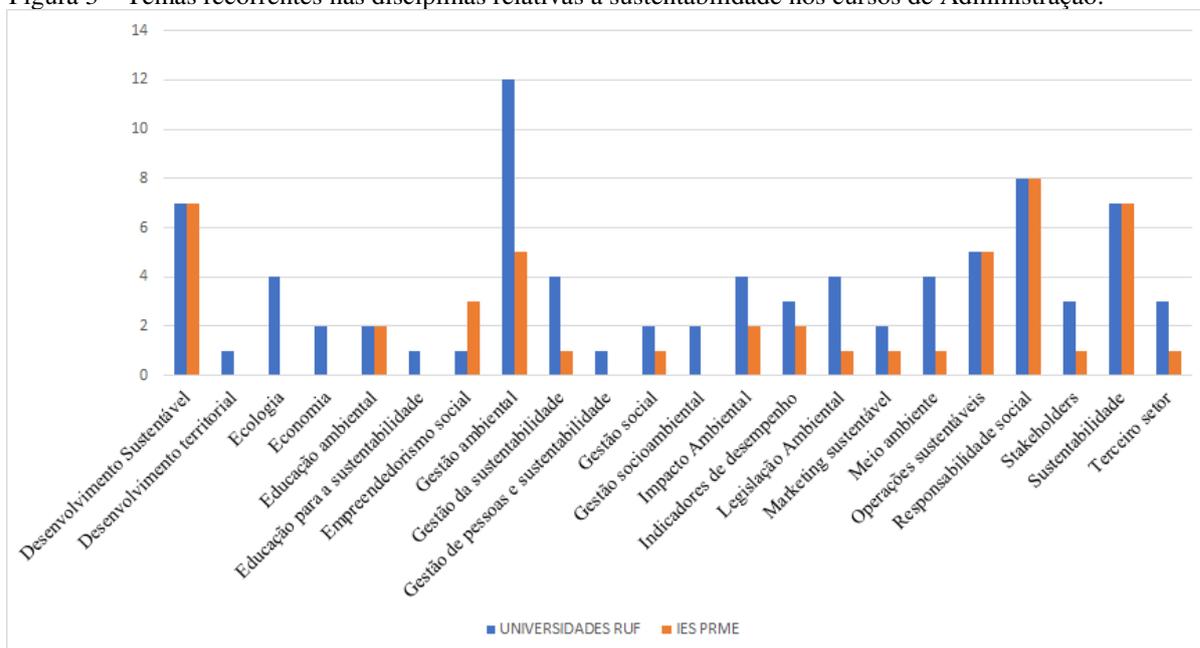
Foram considerados apenas os temas tivessem mais de uma ocorrência. É perceptível que os temas “gestão ambiental”, “responsabilidade social”, “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade” e “operações sustentáveis” se destacam como mais frequentes em ambas instituições de ensino. Por outro lado, “gestão social”, “educação ambiental” e “marketing sustentável” são os temas com menor recorrência. Como temas mais recorrentes nas universidades da amostra pelo RUF, em ordem decrescente, estão “gestão ambiental”, “responsabilidade social”, “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”. Já nas IES participantes do PRME, os temas mais frequentes nas disciplinas são “responsabilidade social”, “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”.

Ao analisar comparativamente os dados apresentados na Figura 3, podemos observar que alguns temas aparecem com frequência idêntica nas universidades listadas do RUF e nas IES participantes do PRME: “responsabilidade social”, “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”, “operações sustentáveis” e “educação ambiental”.

Outra observação é que não há nenhum tema exclusivo das IES associadas PRME, ou seja, todos os temas apresentados nas ementas dessas instituições também aparecem em pelo menos alguma universidade do RUF. Em contrapartida, alguns temas são específicos às últimas: “ecologia”, “gestão socioambiental”, “economia”, “gestão de pessoas para sustentabilidade”, “educação para sustentabilidade”, “desenvolvimento territorial”. Vale ressaltar que além

de particulares às universidades listadas pelo RUF, os quatro últimos temas também são exclusivos a determinadas disciplinas, ou seja, tiveram apenas uma frequência.

Figura 3 – Temas recorrentes nas disciplinas relativas à sustentabilidade nos cursos de Administração.



Fonte: Elaborado pelos autores

No próximo tópico serão feitas as discussões dos dados apresentados. A seção analisa tanto os dados globais quanto um debate comparativo entre as duas amostras.

DISCUSSÃO

Como primeiro ponto de discussão, tendo em vista as Tabelas 1 e 2, é importante destacar que grande parte das instituições participantes da amostra são públicas, a grande maioria federal, predominantemente da região Sudeste e Sul. Interessante mencionar que nenhuma delas é signatária do PRME, o que poderia sugerir alguma conexão para a presença das disciplinas nas grades curriculares (Lozano et al., 2015). Supõe-se que a natureza pública das IES se deva ao alinhamento com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Administração, aprovadas e recomendadas pelo governo federal (MEC, 2005), bem como a iniciativas próprias que devem ser investigadas futuramente.

Vale notar que a região Norte do Brasil não foi representada nas amostras. De acordo os registros do e-MEC, são 38 universidades na região e 1139 cursos de Administração, em IES diversas. Palma et al. (2011) identificaram disciplinas ofertadas nos cursos de Administração na Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Da mesma maneira, as IES incluídas no estudo de Lacerda et al. (2014) não fizeram parte da presente pesquisa. Em ambos os casos, constatou-se que as IES não estavam presentes nos rankings de universidades e cursos, e nos termos desta pesquisa, tampouco são signatárias do PRME. De qualquer maneira, a não representatividade de IES da região Norte é alarmante, haja vista sua relevância global em termos recursos naturais (Nobre, 2014), além de apresentar altos níveis de desigualdade social e desemprego (IBGE, 2018).

Dentre o total de 26 IES estudadas, o número de universidades no Brasil que oferecem alguma disciplina que inclua a temática ainda deixa a desejar diante das 196 atuantes, mesmo mediante recomendações do MEC. No caso da primeira amostra, os resultados revelam que apenas pouco mais de um terço dos cursos de Administração em universidades brasileiras reconhecidas pela sua qualidade em vários aspectos (37%, considerando mesmo as 22 que não

disponibilizaram as ementas) estão de alguma maneira preocupadas e comprometidas com a educação para sustentabilidade, ao menos no primeiro passo para sua concretização (Brunnquell et al., 2015).

Por outro lado, ainda desta primeira amostra, 37 universidades não apresentam qualquer disciplina relativa à sustentabilidade (considerando mesmo as que não disponibilizaram as ementas). Isso significa que cerca de 63% do universo considerado sequer mencionam qualquer termo correlato à sustentabilidade em suas nomenclaturas. Somam-se a estas, três IES participantes do PRME que também não possuíam disciplinas relativas ao tema, o que é um tanto inesperado, haja vista a recomendação nos princípios da iniciativa sobre tal inserção (PRME Chapter Brazil 2019^a; 2019b).

Assim como já evidenciaram Palma et al. (2011) em estudo semelhante, os resultados aqui encontrados permitem afirmar que a competência de futuros administradores entender e questionar o complexo ambiente corporativo no qual irão atuar, exigindo que enfrentem questões que vão além dos aspectos financeiros, pode ser limitada devido à falta de conteúdos e conhecimentos específicos sobre sustentabilidade em sua formação. É preocupante o fato de que estes serão gestores formados em mais da metade dos melhores cursos de bacharelado e universidades do país.

No tocante às disciplinas, como observado nos resultados apresentados na Tabela 1, para as universidades selecionadas pelo RUF, há um equilíbrio entre as ofertas obrigatórias e facultativas. Se retirarmos da análise as oito universidades que oferecem apenas disciplinas facultativas (UNB; UFBA; UFC; UFMG; UFU; UFRJ; UFSM), somente nove permanecem – o que resulta nove instituições, em uma amostra de 59, ou seja, apenas 15% das IES com disciplinas e conteúdos concernentes à sustentabilidade que serão parte da formação do estudante. A questão com a disciplina do tipo facultativo é que ela não garante a formação do estudante, justamente por esta ser uma escolha individual.

No caso das IES associadas ao PRME, esse número é proporcionalmente menor: menos de um terço das disciplinas são facultativas. Tal fato pode ser evidência de certa maturidade neste contexto (Greenberg, 2017) – inclusive por já estarem nesta trajetória há alguns anos –, ou ainda maior compromisso com a formação de futuros profissionais conscientes com o que preza um futuro mais sustentável (Lozano et al., 2015).

A análise das ementas das disciplinas das universidades na primeira amostra, demonstra que ainda que os conteúdos sejam variados, são fortemente vinculados ao meio ambiente, uma vez que os temas mais recorrentes, em termos de volume, são “gestão ambiental”, “meio ambiente”, “legislação ambiental” e “impacto ambiental”. No caso das IES participantes do PRME, os temas de incidência mais significativa abrangem “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade” e “responsabilidade social”, o que pode refletir o alinhamento aos ODS e ao Pacto Global da ONU. Em ambos os casos, ainda que haja a presença nas universidades, poucas são as disciplinas que envolvem temáticas voltadas às questões sociais, culturais e políticas.

Tais resultados parecem estar alinhados à questão de que grande parte das pesquisas que se dedicam à prática da sustentabilidade nas organizações priorizam a dimensão ambiental (Morioka & Carvalho, 2016). O ponto de atenção, neste caso, é a tendência pela visão restrita e unidimensional sobre o fenômeno da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Tal circunstância também pode afetar a formação do aluno, e falhar em garantir que os estudantes considerem questões ambientais, sociais, culturais e éticas em seus processos de tomada de decisão (Brunnquell et al., 2015).

Em síntese, os resultados encontrados nesta pesquisa corroboram com estudos anteriores (Lozano, 2006; Palma et al. 2011), e demonstram que também a EpS, via inserção curricular, nos cursos de graduação em Administração, nas melhores universidades do país e nas IES signatárias de uma iniciativa global da ONU – o PRME, ainda está em seus estágios iniciais. A falta de representatividade de uma das regiões do país, o baixo índice de universidades

participantes das amostras, a incidência razoável de disciplinas facultativas que não garantem a formação do estudante – principalmente nas universidades, assim como a proeminência de temas restritos a uma dimensão da sustentabilidade são evidências destas constatações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, IMPLICAÇÕES E ESTUDOS FUTUROS

Na expectativa de contribuir para a formação de futuros líderes e gestores responsáveis no Brasil, defendeu-se neste estudo que informações relativas ao primeiro passo na incorporação da EpS, a partir dos currículos dos cursos de Administração, são necessárias e legítimas. Considerando a ausência de dados estruturados a este respeito nas universidades do país, esta pesquisa foi desenvolvida com o propósito de identificar o panorama da inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de Administração das universidades brasileiras, reconhecidos pela sua qualidade. Além disso, foi realizado uma análise comparativa ao mesmo contexto em instituições signatárias do PRME.

As discussões apresentadas demonstraram que, por um lado, é notório (e louvável) a proliferação expressiva em nível mundial de publicações científicas e chamadas especiais em periódicos reconhecidos, que relatam cenários, experiências, desafios e caminhos na busca pela formação de administradores com conhecimentos e competências voltados à sustentabilidade. Em contrapartida, como evidenciaram os achados deste estudo, a realidade brasileira do ensino superior parece não acompanhar este movimento. Pouco mais de um terço de reconhecidas universidades públicas, federais e estaduais, em cursos de Administração considerados de qualidade, limitam-se a oferecer disciplinas facultativas, que em sua maioria dão maior ênfase a aspectos ambientais. Abrangendo as IES que supostamente teriam maior maturidade na incorporação da temática, este quadro não se altera muito.

Em acordo com o que afirma Leal Filho (2011), o que se percebe é que há um paradoxo vigente nas discussões sobre o assunto: enquanto se reconhece que a sustentabilidade é um dos assuntos ao que mais se atribui relevância na sociedade atual, especialmente no meio empresarial, ela ainda está confinada a poucas ações no meio acadêmico.

Nesse sentido, embora haja críticas e dificuldades quanto à criação de uma disciplina específica para a inserção da sustentabilidade no ensino, não se pode deixar de buscar soluções (Leal Filho, 2011). É razoável supor que deficiências ou insuficiências neste primeiro passo em busca da inserção consistente da EpS podem ocasionar incapacidades e até mesmo impedir progressos da IES em incorporar a temática não somente no ensino, mas também na pesquisa, extensão, e em seus próprios sistemas de gestão.

Com relação ao ensino, foco deste estudo, com base no processo e dimensões-chaves indicados por Brunquell et al. (2015), sem o enraizamento da sustentabilidade nos planos pedagógicos, sinalizado e concretizado por meio de sua incorporação nos currículos, o envolvimento dos professores invariavelmente será baixo e provavelmente dependente da vontade e expertise individual. Em decorrência, o pensamento crítico, as mudanças efetivas nas maneiras de pensar, sentir e agir dos alunos também só serão possíveis caso o professor assim as provoque, novamente, por ambições próprias.

Acredita-se, então, que a revisão e renovação dos projetos pedagógicos são necessárias e urgentes. Disciplinas relativas à sustentabilidade podem ser instituídas de modo que agreguem conhecimentos específicos – por exemplo, seu histórico, dimensões e resultados – e dialoguem com outros concernentes à gestão – como, marketing, gestão de pessoas e finanças. Sugerimos também a necessidade de aproximação entre universidades e mercado de trabalho para o desenvolvimento das ementas. É do meio corporativo, muitas vezes, que surgem inovações e novas propostas para o desenvolvimento sustentável, dado sua dinamicidade. Particularmente na área de Ciências Aplicadas, como é o caso dos cursos de Administração, é imperativo alinhar o que está ensinando e aprendendo com o que está sendo exigido pelas organizações.

Entendemos também que esta não deve ser uma iniciativa pontual e suficiente. Sabe-se que instituir a EpS, via aprendizagem transformadora no campo da Administração, significa romper com a ideologia tradicional do progresso e do crescimento, desde repensar o conteúdo curricular, passando às metodologias pedagógicas e o posicionamento da instituição. Experiências em IEs inspiradas em iniciativas como o PRME (Dickson et. al (2013; Aguiar et al., 2016) demonstram que é possível avançar e ter resultados significativos com os alunos. Contudo, em IESs burocráticas, como as públicas participantes da primeira amostra desta pesquisa, a inserção de disciplinas pode ser uma das respostas mais simples, rápida e que sinaliza formalmente a intenção da instituição em desenvolver líderes responsáveis.

Como implicações teóricas, este estudo contribui para o campo de conhecimento em educação para a sustentabilidade ao trazer dados estruturados e abrangentes, ausentes na literatura até então. A partir deste estudo, novas discussões podem emergir, sobre a efetividade do ensino-aprendizado no âmbito das disciplinas ofertadas, seus desdobramentos em relação à disseminação do tema no curso e na instituição, assim como os efeitos nas experiências profissionais dos estudantes. Estes debates podem se estender e ser insumos não apenas para a geração do conhecimento entre acadêmicos, mas também para discentes, docentes e gestores educacionais, a fim de avançar na prática voltada à EpS.

As implicações práticas deste estudo perpassam inevitavelmente aos profissionais de organizações, no sentido de estarem atentos aos centros de formação universitária, aderente aos seus objetivos no que tange à sustentabilidade. Além disso, alguns alertas discutidos podem servir de incentivo à redes e organizações nacionais internacionais como o PRME, aqui em destaque, para que forças-tarefas sejam feitas em prol do desenvolvimento da EpS, estendendo a atuação dos polos de referência no assunto para instituições que ainda estão iniciando suas ações nesse âmbito.

Esta pesquisa também traz implicações sociais no âmbito de estimular o debate, a formação e a vigilância em políticas públicas direcionadas para regiões e estados do Brasil que não possuem ou possuem poucas iniciativas de qualidade relacionadas à inserção da sustentabilidade no ensino superior em Administração. Vale o alerta para a região Norte do país, que como constatado, possui uma quantidade significativa de IES com cursos de Administração, porém, sem qualquer disciplina em voga que atenda aos requisitos da pesquisa. Apesar de ser a região que detém grande parte da maior floresta tropical do mundo e, bem por isso, é alvo de acordos internacionais acerca da gestão de seus recursos, nos critérios desta pesquisa, (i) não há cursos de Administração de referência nacional, e (ii) estes não estão voltados à educação para sustentabilidade.

Algumas limitações devem ser apontadas neste estudo. Inicialmente, a primeira amostra ficou limitada às universidades, não abrangendo outras instituições acadêmicas, como centros universitários e faculdades, o que poderá ser feito em pesquisas futuras. Há limitações também quanto aos critérios de participação nos rankings, a aderência da IES aos procedimentos avaliativos do governo e à associação ao PRME. Da mesma maneira, a amostra limitou-se à disponibilidade e atualização de informações pelas universidades e IES das duas amostras, em seus endereços eletrônicos. Outro fator limitador refere-se à divergência da nota do Enade entre campi das IES ou até mesmo a ausência dessa nota publicada no site do E-mec. É possível que dados já não condizentes com a realidade atual tenham sido analisados nesta pesquisa. Muito embora os dados levantados tenham cumprido o objetivo do artigo e contribuído para suprir uma lacuna no entendimento sobre o assunto, outros dados poderiam ter sido levantados e discutidos, como os objetivos e referências bibliográficas da disciplina e o próprio plano pedagógico do curso.

Como investigações futuras, sugerimos a analisar o planejamento de desenvolvimento institucional da instituição, observando os projetos pedagógicos dos cursos de Administração e suas relações com a sustentabilidade. Sugerimos ainda estudos de caso aprofundados, para que

se possa disseminar práticas e experiências, facilitadores e barreiras da inserção da sustentabilidade nos cursos de graduação no Brasil. Recomendam-se também estudos comparativos entre as disciplinas de Administração, voltadas a sustentabilidade, com disciplinas ministradas em outros cursos, como Engenharias e Contabilidade. Por fim, pesquisas de correlação podem ser realizadas em regiões com as maiores ofertas de disciplinas, Sul e Sudeste, e a atuação de profissionais de sustentabilidade, a fim de investigar a absorção pelo mercado de trabalho destes profissionais, assim como a aderência e necessidades em formação no ensino superior.

REFERÊNCIAS

- Adomßent, M., Fischer, D., Godemann, J., Herzig, C., Otte, I., Rieckmann, M., & Timm, J. (2014). Emerging areas in research on higher education for sustainable development e management education, sustainable consumption and perspectives from Central and Eastern. *J. of Cleaner Production* 62, 1-7.
- Aguiar, A. C. P., Carreira, F., De Góes, V. L., & Prestes Monzoni Neto, M. (2017). Formação Integrada para Sustentabilidade: impactos e caminhos para transformação. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia Da Fundace*, 7(3).
- Barth, M., Godemann, J., & Rieckmann, M. (2007). Developing key competencies for sustainable development in higher education. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 8(4), 416-430.
- Bridges, C. M., & Wilhelm, W. B. (2008). Going beyond green: The “why and how” of integrating sustainability into the marketing curriculum. *Journal of Marketing Education*, 30(1), 33–46.
- Brundiers, K., Wiek, A., & Redman, C.L. (2010). Real-world learning opportunities in sustainability: from classroom into the real world. *Int. Journal of Sustainability in Higher Education*, 11(4), 308-324.
- Brunnquell, C., Brunstein, J., & Jaime, P. (2015). Education for sustainability, critical reflection and transformative learning: professors’ experiences in Brazilian administration courses. *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, 9(3/4), 321-342.
- Christensen, L. J., Peirce, E., Hartman, L. P., Hoffman, W. M., & Carrier, J. (2007). Ethics, CSR, and sustainability education in the Financial Times top 50 global business schools: Baseline data and future research directions. *Journal of Business Ethics*, 73(4), 347–368.
- Dawe, G., Jucker, R., & Martin, S. (2005). Sustainable Development in Higher Education: Current Practice and Future Developments. *A Report for the Higher Ed. Academy*, 1–82.
- Dickson, M.A., Eckman, M., Loker, S. & Jirousek, C. (2013), A model for sustainability education in support of the PRME, *Journal of Management Development*, 32(3), 309–318.
- E-MEC. *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*, available at: <https://emec.mec.gov.br/> (Accessed 7th April 2019).
- Dyllick, T. (2015) Responsible management education for a sustainable world: The challenges for business schools, *Journal of Management Development*, 34, 16-3.
- Etse, D., & Ingley, C. (2016). Higher education curriculum for sustainability, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 17(2), 269-280.
- Ferrer-Balas, D., Adachi, J., Banas, S., Davidson, C. I., Hoshikoshi, A., Mishra, A., ... Ostwald, M. (2008). An international comparative analysis of sustainability transformation across seven universities. *Int. Journal of Sustainability in Higher Education*, 9(3), 295–316.
- Fleacă, E.; Fleacă, B.; Maiduc, S. (2018) Aligning strategy with sustainable development goals (SDGs): Process scoping diagram for entrepreneurial higher education institutions (HEIs). *Sustainability (Switzerland)*, 10(4), 1–17.
- Gadotti, M. (2009). *Education for Sustainability: a contribution to the decade of education for sustainable development*, São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

- Greenberg, D. N., Deets, S., Erzurumlu, S., Hunt, J., Manwaring, M., Rodgers, V., & Swanson, E. (2017). Signing to living PRME: Learning from a journey towards responsible management education. *International Journal of Management Education*, 15(2), 205–218.
- Godemann, J.; Haertle, J.; Herzig, C. & Moon, J. (2014) United Nations supported Principles for Responsible Management Education: purpose, progress and prospects, *J. of Cleaner Production*, 62(1), 16-23.
- Godoy, A. S., Brunstein, J., & Fischer, T. M. D. (2013). Introdução ao Fórum Temático Sustentabilidade nas Escolas de Administração: tensões e desafios. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 14(3), 14–25.
- Gonçalves-Dias, S. L. F., Herrera, C. B. & Cruz, M. T. de S. (2013) Desafios (e dilemas) para inserir “sustentabilidade” nos currículos de administração: um estudo de caso, *Revista de Administração Mackenzie – RAM*, 14(3), Special Issue, 119–153.
- Holm, T.; Sammalisto, K.; Grindsted, T.S. & Vuorisalo, T. (2015). Process framework for identifying sustainability aspects in university curricula and integrating education for sustainable development. *J. of Cleaner Production*, 106, 164-174.
- Hourneaux Junior, F., & Caldana, A. C. F. (2018). Gestão responsável: responsabilidade, ética e sustentabilidade a partir do Principles for Responsible Management Education (PRME). *Organicom*, 14(27), 166–180.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2018) *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro.
- Jacobi, P. R. & Beduschi Filho, L.C. (2014), “Gestão ambiental e o ensino de Administração” In: Brunstein, J., Godoy, A.S., Silva, H.C. (orgs.) (2014) *Educação para a sustentabilidade nas escolas de Administração*. São Carlos: RiMa Editora, 119-134.
- Jacobi, P. R., Raufflet, E. & Arruda, M. P. (2011). Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: Reflexão sobre paradigmas e práticas. *RAM, Revista de Administração Mackenzie*, 12(3), 21-50.
- Jones, P., Trier, C. J. & Richards, J. P. (2008), Embedding Education for Sustainable Development in higher education : A case study examining common challenges and opportunities for undergraduate programmes, *Int. J. of Educational Research*, 47, 341–350.
- Kearins, K. & Springett, D. (2003) Educating for sustainability: developing critical skills, *Journal of Management Education*, 27(2), 88–204.
- Laasch, O. & Conaway, R. N. (2015). *Responsible business for sustainable development: The handbook-textbook for responsible management competence*. 2nd ed. Sheffield: Greenleaf.
- Lacerda, C.C de Oliveira., Silva, L. de Barros., Silva, N.E.F. & Souza, S.M.A. (2014), Temática Ambiental nos currículos de Ensino dos cursos de Administração das Instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba. *J. of Env. Management and Sustainability*, 3(1), 28-42.
- Lahaise, C. & Pozzebon, M. (2010) Educação: campi sustentáveis. *RAE. Revista de Administração de Empresas*, 9(1).
- Leal Filho, W. (2011), About the Role of Universities and Their Contribution to Sustainable Development, *Higher Education Policy*, 24, 427–438.
- Leal Filho, W., Raath, S., Lazzarini, B., Vargas, V. R., de Souza, L., Anholon, R., ... Orlovic, V. L. (2018). The role of transformation in learning and education for sustainability. *J. of Cleaner Production*, 199, 286–295.
- Lozano, R. (2006) Incorporation and institutionalization of SD into universities: breaking through barriers to change. *J. of Cleaner Production*, 14(9-11), 787-796.
- Lozano, J.-F. (2012). Educating responsible managers: The role of university ethos. *Journal of Academic Ethics*, 10, 213-226.
- Lozano, R., Ceulemans, K., Alonso-Almeida, M., Huisinigh, D., Lozano, F. J., Waas, T., ... Hugé, J. (2015). A review of commitment and implementation of sustainable development in higher education: Results from a worldwide survey. *J. of Cleaner Production*, 108, 1–18.

- Ministério da Educação – MEC. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Administração*, Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005.
- Ministério da Educação – MEC. *Portaria Normativa GM/MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018*.
- Morioka S.N., & de Carvalho M.M., (2016) A systematic literature review towards a conceptual framework for integrating sustainability performance into business, *J. of Cleaner Production*, 136, 134-146.
- Nobre. A. D. (2014) *O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica*. São José dos Campos. ARA, CCST-INPE, INPA.
- Palma, L. C., Oliveira, L. M. de, & Viacava, K. R. (2011). Sustainability in Brazilian federal universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 12(3), 250-258.
- Parkes, C., Buonon, A. F., & Howaidy, G. (2017). The Principles for Responsible Management Education (PRME): The first decade – What has been achieved? The next decade – Responsible Management Education’s challenge for the Sustainable Development Goals (SDGs). *International Journal of Management in Education*, 15, 61–65.
- Perera, C.R. & Hewege, C.R. (2016). Integrating sustainability education into international marketing curricula, *Int. Journal of Sustainability in Higher Education*, 17(1), 123 – 148.
- PRME Chapter Brazil. *Princípio 2: valores*. 2019a. Recuperado de <http://prmebrasil.com.br/mod/page/view.php?id=17>. Acesso em jun. 2019.
- PRME Chapter Brazil. *Princípio 3: metodologia*. 2019b. Recuperado de <http://prmebrasil.com.br/mod/page/view.php?id=18>. Acesso em jun. 2019.
- Principles for Responsible Management Education – PRME. *Transformational Model for PRME Implementation*. Recuperado de <http://www.unprme.org/resource-docs/PRMETransformationalWeb.pdf>. Acesso em abr. 2019.
- Oliveira, F.B. & Sauerbronn, F.F. (2007) Trajetória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição. *Revista de Administração Pública – RAP*, Edição Especial Comemorativa, 149-170.
- Pizzinatto, N.K. (1999) Ensino de Administração e o perfil do administrador: contexto nacional e o curso de administração da UNIMEP. *Impulso*, 26, 173-190.
- Ranking Universitário Folha – RUF. *Ranking de universidades*. Recuperado de <http://ruf.folha.uol.com.br/2018/>.
- Rusinko, C. A. (2010), Integrating Sustainability in Management and Business Education: A Matrix Approach, *Academy of Management Learning & Education*, 9(3), 507–519.
- Sterling, S. (2011) Transformative learning and sustainability: sketching the conceptual ground, *Learning and Teaching in Higher Education*, 5, 17–33.
- Steiner, G; Posch, A. (2006). Higher education for sustainability by means of transdisciplinary case studies: an innovative approach for solving complex, real- world problems. *J. of Cleaner Production*, 14, 877-890.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO (2005). *UNESCO and Sustainable Development*. UNESCO, France.
- Warwick, P., Wyness, L., & Conway, H. (2017). ‘Think of the future’: Managing educational change from students’ perspectives of an undergraduate sustainable business programme. *International Journal of Management Education*, 15(2), 192–204.
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim*. Penso.